



PROPOSIÇÕES DA III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CT&I

Relatório Final – Versão: 29/03/2010

COORDENAÇÃO GERAL E DAS COMISSÕES

Coordenação Geral do Evento: Profa. Maria Zilene Cardoso

Prof. Antônio Diomário de Queiroz - Coordenador Geral das Comissões

Prof. Leandro Ramires Comassetto - Coordenador da Comissão A

Prof. Carlos Alberto Schneider - Coordenador da Comissão B

Prof. Antônio Pereira de Souza - Coordenador da Comissão C

Prof. Luiz Carlos Lückmann - Coordenador da Comissão D

INTRODUÇÃO

Os trabalhos se desenvolveram em grupos que compunham Comissões de discussão em torno de eixos temáticos.

- ✓ **Comissão A:** Sistema Catarinense de CT&I
- ✓ **Comissão B:** Inovação e Empreendedorismo
- ✓ **Comissão C:** Pesquisa & Desenvolvimento e Sustentabilidade em Áreas Estratégicas
- ✓ **Comissão D:** Desenvolvimento Social e Regional mediante CT&I

As comissões e seus coordenadores foram definidos pelo Conselho Superior da FAPESC. A metodologia de trabalho dos grupos foi a seguinte:

METODOLOGIA

OBJETIVO: discutir e encaminhar propostas e sugestões visando o incremento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento regional sustentável do Estado de Santa Catarina.

ORGANIZAÇÃO:

- O *Coordenador* do grupo de trabalho dirigiu a reunião;
- Cada GT escolheu, dentre seus componentes, um *Relator* que se encarregou de anotar as considerações e as proposições apresentadas pelos participantes.
- Dentro do tema definido, cada grupo realizou debates acerca da situação atual e definiu uma série de propostas.
- Encerradas as discussões no grupo, os coordenadores e relatores se reuniram com o Coordenador da Comissão, para preparação do documento que foi apresentado e aprovado em Plenária.

PROPOSTAS

Comissão A – Sistema Catarinense de CT&I

Grupo A1 – Formas de consolidação do sistema catarinense de CT&I

- Efetiva autonomia financeira da FAPESC;
- Política de formação de doutores de forma igualitária entre as mesorregiões;
- Programa para permanência de doutores nas diversas regiões (bolsa produtividade em convênio com as instituições);
- Ordenação de ações estruturantes para os parques e incubadoras tecnológicas;
- Representação de cada universidade no Conselho Superior da FAPESC (para elaboração de editais e planos estratégicos);
- Ações para fortalecer as atividades de CT&I das universidades comunitárias/municipais (editais específicos); e
- Adaptação do estatuto do servidor público à Lei Catarinense de Inovação (art. 15) – (figura do pesquisador público).

Grupo A2 – Ampliação da articulação e cooperação institucional regional, nacional e internacional.

- Mapear competências comuns, em nível regional, relacionadas às prioridades da política de ciência e tecnologia, objetivando formar redes de pesquisa e pós-graduação em todas as áreas do conhecimento, apoiadas por agências nacionais com experiência nas respectivas áreas;
- Integração Universidade - Empresa: viabilizar credenciamento de profissionais de instituições de pesquisa e de ensino, possibilitando aos pesquisadores orientar e co-orientar alunos para desenvolvimento de trabalhos de pesquisa nas empresas;
- Intensificar a incubação de empresas nas Universidades e desenvolver trabalhos de pesquisa voltados a essas empresas;

- Incentivo à criação de estruturas (laboratórios) em áreas não consolidadas (como design industrial), utilizando-se das empresas e massa crítica existente;
- Maior valorização de projetos multidisciplinares e interinstitucionais (adotar modelos de apoio a projetos temáticos utilizados por outras instituições como a FAPESP, por exemplo);
- Disponibilizar ferramentas que informem profissionais de ensino e pesquisa sobre a existência de editais disponíveis no âmbito nacional e internacional. Ex.: Sistema Financiar – FUNARBE;
- Apoio à contrapartida de projetos em rede de cooperação internacional;
- Criação de programas universais de bolsas de doutorado sanduíche e de pós-doutorado no exterior; e
- Reconhecimento legal, pelo governo federal, das IES comunitárias como essenciais ao desenvolvimento regional e seu papel social nesse contexto.

Grupo A3 – Estratégias para implementação da Lei Catarinense de Inovação

- Implementar e divulgar cadastro de ICTESC pela Fapesc;
- Prover a regularização jurídica das ICTESC;
- Instalação de Comissão Técnica Estadual para implantação da Lei de Inovação (decreto 2.604, de 11/09/2009);
- Integrar a comissão interna do TCE à Comissão Técnica Estadual (CTE);
- Integrar a comissão técnica estadual (CTE) à comissão técnica interministerial (portaria MCT 934 de 17/12/2008);
- Definir o orçamento da Lei de Inovação Catarinense para as ICTESC no âmbito do fomento à CT&I, art. 30, par. 1;
- Regulamentação do estímulo à inovação nas ICTESC;
- Regulamentação do pesquisador público e do estímulo a sua participação na atividade de inovação;
- Capacitação das comissões técnicas internas das ICTESC (Epagri e UDESC);

- Identificação de mecanismos de CT&I, visando à capacitação para contribuir no processo de desenvolvimento regional sustentável catarinense; e
- Dar suporte ao Conselho Estadual de Combate à Pirataria e Crimes contra a Propriedade Intelectual (Contrafração).

Grupo A4 – Processos de gestão das instituições de CT&I

- Criar condições para o compartilhamento de práticas de gestão entre as instituições (troca de experiências);
- Viabilizar, pela Fapesc, cursos de formação de gestores para o processo de CT&I; e
- Modernizar os processos de gestão de recursos de CT&I pela Fapesc:
 - ✓ Cumprir à risca o cronograma de liberação de recursos;
 - ✓ Submissão e acompanhamento *on line* dos projetos (inclusive da parte documental);
 - ✓ Definir com maior precisão as regras para prestação de contas e inadimplência institucional.

Grupo A5 – Fortalecimento do papel das SDRs no Sistema Estadual de CT&I

- Capacitação das SDR's para atuarem como fomentadoras e articuladoras com entidades civis organizadas e instituições de ensino e pesquisa;
- Maior prazo para habilitação aos editais;
- Estabelecer forma de acompanhamento e monitoramento dos projetos executados visando sua efetividade;
- Previsão orçamentária destinada à elaboração e abertura de editais que contemple projetos na área de inovação científica, tecnológica e desenvolvimento regional/local; e
- Realização de reuniões periódicas com as entidades que integram o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina (LEI N°14.328, de 15 de janeiro de 2008. Art. N°4) e as SDR's.

Comissão B - Inovação e Empreendedorismo

Grupo B1 - Fomento e capacitação do empreendedorismo inovador e sustentável

- Adendo às Políticas Públicas:
 - ✓ Promoção da cultura empreendedora em todo o sistema de educação (fundamental, médio e superior) de forma integrada.

- Formar talentos empreendedores e inovadores:
 - ✓ Programa de fomento à formação de empreendedores inovadores através de ações / projetos / bolsas de iniciação ao empreendedorismo inovador (PETE: programa especial de treinamento ao empreendedorismo inovador), em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT e empresas;
 - ✓ Programa de Bolsas: Projetos de ensino fundamental focados na formação júnior/empreendedor;
 - ✓ Programa de Bolsas: Projetos de mestrado em parcerias com empresas e MCT, focado em soluções inovadoras para as empresas.
 - ✓ Programa de Cursos de capacitação para o empreendedorismo inovador;

- Gerar Talentos Empreendedores e Inovadores
 - ✓ Fortalecer, ampliar e institucionalizar o programa SINAPSE da Inovação como estratégia de promoção do empreendedorismo inovador e geração de novas empresas;
 - ✓ Estabelecer parceria permanente com SEBRAE e MCT para o financiamento desse programa.

- Abrigar Empresas Inovadoras nascentes
 - ✓ Conectar os programas SINAPSE e o de fomento às incubadoras.
 - ✓ Fortalecer as incubadoras do Estado, estabelecendo o financiamento de performance;
 - ✓ Capacitar os gerentes de incubadora em ferramentas para alavancarem suas incubadoras e apoiarem as empresas na busca de recursos para as empresas incubadas através de PAPPE, PRIME e subvenção.

Grupo B2 - Articulação universidades- núcleos de inovação- empresas

- Adendo às Políticas Públicas:
 - ✓ Fortalecer intensa e agilmente a preparação de profissionais empreendedores e desenvolvedores de soluções tecnológicas
 - ✓ Estabelecimento de um arcabouço legal para atividades de CT&I com recursos públicos e incentivados, calcados na geração de resultados.
- Formação de RH altamente qualificado e com cultura para promoção da inovação na região.
 - ✓ Promover uma revisão curricular integrando a visão acadêmica e a necessidade empresarial;
 - ✓ Formar talentos, considerando atividades acadêmicas e empresariais no programa curricular;
 - ✓ Alterar os critérios de avaliação acadêmica, incorporando atividades geradoras de inovação.
- Formação de uma base de conhecimento compartilhada sobre integração universidade-empresa:
 - ✓ Desenvolver e socializar informações sobre melhores práticas;
 - ✓ Incentivar a formação de fóruns municipais permanentes de políticas de articulação universidade-empresa em CT&I.
- Ampliação e desburocratização de ações de incentivo à integração universidade-empresa:
 - ✓ Ampliar os editais de subvenção econômica à inovação e demais programas de incentivos à integração universidade-empresa;
 - ✓ Desburocratizar e flexibilizar a prestação de contas de projetos;
 - ✓ Oferecer incentivos fiscais para as micros e pequenas empresas, vinculados aos produtos derivados do processo resultante da integração universidade-empresa;
 - ✓ Fortalecer a descentralização do incentivo à integração Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)-empresas.
- Reforçar a estratégia de implantação de Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs nas ICTs e empresas:
 - ✓ Implantar o financiamento público (juros zero/subvenção) para criação de NITs nas empresas e ICTs;
 - ✓ Acelerar a implantação de NITs nas ICTESC.
- Universalização do apoio à inovação e integração universidade-empresa:
 - ✓ Ampliar as demandas universais nos editais de subvenção econômica para inovação;
 - ✓ Ampliar as áreas estratégicas (além das engenharias) para financiamento de CT&I.

Grupo B3 - Inovação para modernização dos serviços públicos

- Adendo às Políticas Públicas:
 - ✓ Efetivar a Lei de Inovação no sentido de promover e viabilizar o engajamento do servidor público experiente, na geração de soluções inovadoras, na forma de produtos e soluções.
- Destinar fundos da FAPESC para projetos de pesquisa e inovação no serviço público nas áreas:
 - ✓ Automação dos serviços públicos;
 - ✓ Governo eletrônico;
 - ✓ Inclusão digital;
 - ✓ Transparência digital;
 - ✓ Auditoria e controle de contas.
- Criar infra-estrutura de suporte às empresas nascentes para o segmento de serviços público:
 - ✓ Criar uma atividade dentro da FAPESC para coordenar este programa ou atividade;
 - ✓ Transformar esta atividade inicial em uma incubadora para empresas desenvolvedoras de produtos/soluções para o poder público;
 - ✓ Designar interlocutor para interação com empresas e ICTs.

Grupo B4 - Parques tecnológicos e Incubadoras de empresas inovadoras

- Adendo às Políticas Públicas:
 - ✓ Apoiar intensamente a implementação gradativa do processo de fomento a empresas inovadoras nascentes através de pré-incubadoras, incubadoras e parques tecnológicos como os instrumentos mais eficazes do DTR.
- Incentivo à atividade de pré-incubação:
 - ✓ As universidades devem ser responsáveis pela pré-incubação e, alinhada com as incubadoras e parques, formar o modelo integrado de incentivo a criação de empreendimentos inovadores;
 - ✓ Proposta de bolsas para pré-incubação;
 - ✓ Reconhecer a atividade de suporte à pré-incubação como produção científica para a academia.
- Sistematização dos critérios de financiamento para criação, e gestão de incubadoras:
 - ✓ Definir critérios técnicos para apoio a criação de incubadoras;
 - ✓ Definir um modelo de negócio e gestão com indicadores de resultado vinculado aos contratos;

- ∨ Distribuir recursos levando em consideração indicadores de performance.
- Estabelecer elos de incentivo a empresas graduadas que contribuam com as incubadoras que as originaram:
 - ∨ Criar mecanismos legais que garantam o vínculo da empresa graduada com a incubadora;
 - ∨ Vinculação dos resultados das empresas revertidos para as incubadoras.
- Disseminação de conhecimento de melhores práticas em incubação:
 - ∨ Formalizar o papel da rede no reconhecimento e acompanhamento de incubadoras;
 - ∨ Oferecer recursos para a melhor estruturação da rede;
- Sistematização dos critérios de financiamento para criação e gestão de Parques:
 - ∨ Fortalecer a idéia de governança do parque;
 - ∨ Estudar a relação com a idéia de pólo de desenvolvimento;
 - ∨ Estabelecer mecanismos de regulação e de controle de sobreposições (iniciativas duplicadas);
 - ∨ Esclarecer a forma de retenção dos negócios na região.

Grupo B5 - Prática da inovação nas empresas catarinenses

- Adendo às Políticas Públicas:
 - ∨ Fortalecer os Programas de Inovação para mobilizar o grande número de empresas tradicionais à prática do processo de inovação tecnológica.
- Gestão exercida por profissionais empreendedores com amplo conhecimento técnico e gerencial:
 - ∨ Formação de gerentes de inovação nas empresas;
 - ∨ Formação de Agentes Regionais de Inovação para atuarem como multiplicadores.
- Cooperação, com ICTs e Empresas de Base Tecnológica – EBTs, pois a geração de produtos exige multiplicidade de competências:
 - ∨ Fortalecimento dos NITs e promover a aproximação com poder local e regional;
 - ∨ Incentivos para ações que resultem em interações entre empresas;
 - ∨ Cursos de mestrados mais alinhados e dinâmicos de forma a atender as demandas de inovação das empresas em longo e médio prazo (mestrado em cooperação com empresas);
 - ∨ Criação de cursos cooperativos entre universidades e empresas;
 - ∨ Cursos de pós-graduação *Latu Sensu* ou de mestrados profissionalizantes, voltados aos APLs;

- ∨ Incentivo à disseminação da cultura (na visão) inovadora no ambiente de formação técnica/tecnológica.
- Financiamento, na forma de subvenção, incentivos e gerenciamento de acesso rápido e simplificado:
 - ∨ Garantir porcentagem do orçamento anual da FAPESC para aplicação na forma de subvenção da inovação nas empresas;
 - ∨ Criação de um fundo garantidor de crédito para pesquisa e inovação nas empresas – este fundo é garantia de potencialização de alavancagem para mais recursos federais;
 - ∨ Criação de *check list* para análise da situação fiscal da empresa;
 - ∨ Alavancagem de projetos estruturantes para atendimento a um grupo de empresas ou setor específico a partir dos interesses apontados pelas próprias empresas.
- Ampliar investimento em CT&I, particularmente naquela que está acoplada com o Desenvolvimento Tecnológico Regional;

Comissão C - Pesquisa & Desenvolvimento e sustentabilidade em áreas estratégicas

Grupos C1 e C5: Áreas estratégicas de pesquisa científica e tecnológica em geral e Definição de pesquisa em novos materiais

- Nanopartículas para aplicação em alimentos e em saúde:
 - ✓ Embalagens com propriedades para conservação de alimentos in natura;
 - ✓ Liberação prolongada de fármacos;
 - ✓ Nanopartículas com propriedades para seqüestro de oxigênio.

- Pesquisa em produtos naturais:
 - ✓ Fitoterápicos;
 - ✓ Prospecção fotoquímica.

- Pesquisas nas seguintes áreas:
 - ✓ Biotecnologia;
 - ✓ Melhoramento genético (madeira, silvicultura, fruticultura, microrganismos, maricultura, piscicultura, biopolímeros);
 - ✓ Bioinformática;
 - ✓ Bioprocessos;
 - ✓ Realização de estudos estratégicos e implementação de laboratórios para certificação de produtos;
 - ✓ Pesquisa e desenvolvimento de sensores;
 - ✓ Fármacos
 - ✓ Agricultura;
 - ✓ Meteorologia.

- Desenvolvimento de software para aplicação em processos;

- Pesquisa e desenvolvimento para simulação de processos;

- Pesquisa científica e tecnológica de alternativas para aplicação nas áreas de:
 - ✓ Saúde;
 - ✓ Indústria;
 - ✓ Serviços.

- Pesquisa e desenvolvimento em novos materiais e em novos produtos:
 - ✓ Catalisadores;
 - ✓ Polímeros;
 - ✓ Derivados de origem animal e vegetal;
 - ✓ Semicondutores;
 - ✓ Produtos farmacêuticos.

- Desenvolvimento da educação básica:
 - ✓ Tecnologias para o desenvolvimento do aprendizado;
 - ✓ Programas de formação continuada de professores;
 - ✓ Desenvolvimento de programas de orientação para o encaminhamento profissional.

Grupo C2: Definição das Linhas de Pesquisa em Ciências Agrárias e Biodiversidade

- Biodiversidade ligada a produtos com potencial econômico:
 - ✓ Prospecção de espécies e variedades com potencialidades para gerar produto (animais, vegetais e microorganismos) e substâncias derivadas;
 - ✓ Fortalecer infra estrutura de recursos genéticos (bancos de germoplasma e coleções) com garantia continuidade;
 - ✓ Programas de melhoramento de espécies nativas;
 - ✓ Mecanismos de apoio às comunidades mantenedoras de recursos genéticos naturais.

- Biodiversidade ligada à proteção e conservação natural:
 - ✓ Suporte a iniciativas comunitárias de preservação de valores e recursos da biodiversidade (suporte e incentivo a manutenção);
 - ✓ Desenvolvimento de parâmetros à compensação por serviços ambientais (incentivos, créditos ambientais);
 - ✓ Suporte à recuperação de ecossistemas degradados (áreas degradadas);
 - ✓ Conservação de recursos genéticos naturais por meios variados (*in situ*, *in vitro*, *in vivo*).

- Pesquisa em Ciências Agrárias:
 - ✓ Fortalecimento de programas de pesquisa voltados ao tratamento e avaliação de impactos do uso de resíduos agrícolas e industriais em solos de uso agrícolas, pecuário ou florestal;
 - ✓ Programas de pesquisa multidisciplinar de suporte e desenvolvimento da olericultura e fruticultura temperada e tropical;
 - ✓ Programas de fomento ao desenvolvimento de culturas agrícolas de potencial econômico, incluindo culturas não tradicionais;
 - ✓ Suporte ao desenvolvimento de novos produtos derivados;
 - ✓ Suporte ao desenvolvimento de fertilizantes e outros insumos para a agricultura agroecológica;
 - ✓ Suporte ao desenvolvimento da tipicidade local e regional de produtos agrícolas e agro-industriais, especialmente para linha dos orgânicos;
 - ✓ Desenvolvimento de fertilizantes alternativos, com minimização de impactos na mineração, industrialização e aplicação;
 - ✓ Bioprospecção, proteção e preservação de recursos genéticos;

- ✓ Suporte ao desenvolvimento de sanidade animal (especialmente doenças infecto- contagiosas, parasitoses, vacinas);
- ✓ Suporte ao desenvolvimento de métodos e produtos sustentáveis de controle de pragas e moléstias de plantas;
- ✓ Suporte ao desenvolvimento de métodos eficientes e sustentáveis de manejo de solo e sistema de cultivo;
- ✓ Exigências de boas práticas de cultivo nas ações e projetos financiados;
- ✓ Fomento a rastreabilidade na produção, com certificação de boas práticas de cultivo (ex. controle integrado);
- ✓ Suporte à agricultura urbana e periurbana, com fortalecimento de produção e mercados locais;
- ✓ Suporte ao desenvolvimento de sistemas de produção animal em bases sustentáveis e buscando minimização de insumos impactantes ao ambiente (nutrientes, hormônios, antibióticos);
- ✓ Fomento ao desenvolvimento de tecnologias ligadas ao emprego de microorganismos benéficos (controle biológico, inoculantes microbianos); e
- ✓ Desenvolvimento de sistemas de produção agro-silvo-pastoril, inclusive com animais silvestres e em produção em agroecossistemas, adaptados a vida de comunidades nativas ou tradicionais.

Grupos C3 e C4: Definição de linhas de pesquisa sobre Meio Ambiente e Definição de linhas de P&D para Inovação em Energias Sustentáveis

Meio Ambiente

- Gestão integrada da pesquisa em recursos hídricos;
- Mapeamento qualitativo e quantitativo das águas subterrâneas;
- Pesquisas em reciclagem e tratamento de resíduos derivados do esgotamento sanitário urbano e de efluentes industriais;
- Caracterização do ciclo de vida de produtos sabidamente/notoriamente poluentes;
- Estudos relacionados às mudanças climáticas:
 - ✓ Prevenção e mitigação de desastres naturais;
 - ✓ Mapeamento, conservação e utilização de recursos costeiros, como avaliação do potencial biotecnológico de organismos marinhos;
 - ✓ Alternativas agrícolas tendo em vista as mudanças climáticas;

- √ Estudos de espécies nativas para recuperação natural.
- Avaliação, valoração e divulgação/difusão dos produtos e serviços ecossistêmicos;

- Estudos em regiões costeiras e qualidade da água;
 - √ Caracterizar o impacto de atividades tais como, PCHs, Pesca predatória, Rizicultura, carvão, celulose;
 - √ Avaliar a gestão integrada das PCHs.
- Pesquisa em recuperação de áreas degradadas em diferentes ambientes e resultado de diferentes atividades;
- Busca de alternativas tecnológicas sustentáveis para a agroindústria, aqüicultura e geração de energia; e
- Criar programas de pesquisa sobre e de estímulo ao uso de tecnologias agrícolas e veterinárias não residuais, como adubação orgânica, homeopatia e rochagem (uso de rocha natural como fertilizante e condicionador dos solos).

Definição de linhas de P&D para Inovação em Energias Sustentáveis

PROPOSIÇÕES

Considerando-se as tendências de forte aumento do consumo de energia; ampliação da preocupação com a sustentabilidade ambiental; presença ainda marcante, no cenário futuro, de combustíveis fósseis; forte tendência mundial em se priorizar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a promoção de tecnologias de produção, distribuição e uso de energia com ênfase na sustentabilidade tecnológica, econômica e sócio-ambiental; necessidade de maior confiabilidade e qualidade de energia e de diversificação da matriz energética com aumento significativo na utilização de tecnologias de energias renováveis, tecnologias mais limpas de energias fósseis e, principalmente, incremento na eficiência energética na utilização da energia e de modernização do atual sistema energético; e, também, a necessidade de implantação de novas centrais geradoras de energia elétrica e de modernização do atual sistema energético, apresentam-se as ações para inovação na área de Energias Sustentáveis em Santa Catarina em três grandes sub-áreas: (1) Eficiência Energética, (2) Energias Renováveis e (3) Energias Fósseis mais Limpas. Especificamente, as principais linhas de P&D, em cada sub-área, necessárias para o desenvolvimento do Estado no contexto de Energias são:

Sub-área 1: Eficiência Energética

- Modernização do sistema elétrico, priorizando maior confiabilidade e eficiência energética, no sentido das redes inteligentes.
- Otimização da eficiência no setor industrial e residencial (processos produtivos, construções e produtos mais eficientes).
- Aumento da eficiência energética no setor de transportes.

Sub-área 2: Energias Renováveis

- Inovação nos processos de produção e no uso de biocombustível (biogás) a partir da biomassa de resíduos urbanos, industriais e agrícolas. Assim, o fomento a pesquisas de sistemas integrados de geração de energia, a

exemplo de termoelétricas utilizando biomassa ou resíduos, tendo o resultado da combustão canalizado para tanques de algas, por sua vez utilizadas para a extração de biocombustíveis.

- Desenvolvimento de sistemas de energia eólica e solar - térmica e fotovoltaica. Nesse sentido, aumentar a resolução do Atlas eólico e da radiação solar.
- Estudo para viabilização de sistemas de energia oceânica.

Sub-área 3: Energias Fósseis mais Limpas

- Desenvolvimento de tecnologias mais limpas de energia do carvão, com estudo de viabilidade e análise de impactos ambientais.
- Desenvolvimento de métodos de sequestro de carbono.
- Recursos minerais da plataforma continental: avaliação do potencial e riscos.

Como forma de promover a consolidação da competência catarinense nas linhas de P&D acima, propõe-se as seguintes ações estruturantes de curto e médio prazo:

- Estabelecimento de metas e elaboração de um plano catarinense de redução de emissões e aumento das energias renováveis na matriz energética do Estado.
- Promoção de redes de P&D e de *clusters* de inovação em linhas estratégicas e de vocação de Santa Catarina.
- Definição de governança, responsabilidades e modelo de gestão para as iniciativas de consolidação de competência em energia sustentável.
- Formação de recursos humanos, criação de novos cursos (técnicos, graduação e pós-graduação) e de cultura da energia sustentável.
- Fomento à atuação da iniciativa privada em projetos socioambientais.
- Capacitação do corpo técnico do Estado e dos municípios em novas tecnologias.
- Criação de um instituto de estudos e pesquisas em economia da geração, transmissão e consumo de energia.

Comissão D - Desenvolvimento social e regional
mediante CT&I

Grupo D1: Bolsas de pesquisa, capacitação de RH e estruturação regional para CT&I

- Ampliação de bolsas em todas as modalidades;
- Criação de programa de concessão de bolsa para fixação de doutores nas IES e empresas para desenvolvimento de pesquisa;
- Criação de um programa de bolsas para doutor visitante e pós-doutorado (similar ao Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPD);
- Bolsa de Produtividade em pesquisa;
- Modificar os critérios de distribuição de bolsas de Iniciação Científica - IC, considerando indicadores de contra-partida, números de Grupos de Pesquisa na Instituição, número de programas *stricto-sensu* e número de doutores;
- Levar em consideração a necessidade regional na distribuição de bolsas;
- Criação de bolsa pesquisador com contrapartida das Instituições de ensino Superior - IES; e
- Ampliação e fortalecimento dos programas Doutorado Interinstitucional – Dinter e de Mestrado Interinstitucional – Minter.

Grupo D2: Formas de seleção de projetos de pesquisa regional com amplo impacto social

- Apoiar pesquisa de campo antes do início do projeto, para verificar sua relevância regional;
- Indicar comissões de avaliadores que conheçam as realidades locais e regionais;
- Priorizar pesquisas com impacto social em seus resultados;
- Proporcionalidade entre mérito acadêmico e relevância social na análise dos projetos; e

- Simplificação e flexibilização da burocracia.

Grupo D3: Difusão regional do conhecimento científico e tecnológico e de inovações

- Apoio a instrumentos de divulgação de base cooperativa, conjugando instituições públicas e privadas;
- Utilizar a web para oferecer serviços às instituições estaduais e as pessoas como agentes de informação, gerando negócios na própria localidade;
- Atrelar inovação e realidade regional. O que é novo? Onde, quando e para quem?
- Agilizar o registro de patentes;
- Qualificar o público que acessa a informação e promover o acesso à tecnologia (inclusão digital);
- Criar redes de comunicação entre instituições, empresas e grupos de pesquisa;
- Aproximar pesquisadores e agentes sociais, diretores de escolas fundamentais, líderes comunitários, entre outros (extensão acadêmica);

Grupo D4: Programas de inclusão mediante empreendedorismo e tecnologias sociais

- Criação de políticas públicas de inclusão no âmbito estadual;
- Criar programas de inclusão e de re-inclusão de setores não produtivos (classes excluídas, 3a idade);
- Disseminar a informação local e criar centros de referência universalmente acessíveis;
- Fomentar a pesquisa nas “incubadoras tecnológicas”, a fim de motivar o empreendedorismo; e
- Criação de um Plano de Estratégias e Diretrizes nas Áreas de Cultura e Educação (economia da cultura/economia criativa), como meta de desenvolvimento para a inclusão social através da geração de ocupação e renda.

Grupo D5 - Propostas de estratégias para o fortalecimento de agentes regionais de C,T&I

- Participação dos municípios na definição e na execução das políticas estadual e nacional de CT&I, articulando-as e integrando-as. As municipalidades precisam crescer com sustentabilidade e isto só será possível se ciência, tecnologia e inovação forem incorporadas em suas estratégias econômicas;
- Estímulo ao desenvolvimento de processos de pré-incubação nos ambientes nas IES;
- Formação empreendedora das diferentes áreas dos saberes;
- Estabelecimento de programas e linhas de pesquisa e desenvolvimento convergentes com as vocações regionais voltadas para a inovação com disponibilização e acesso financiamento;
- Empreendedorismo com retorno de investimento em Fundo de Sustentabilidade (ambiental, social e econômica);
- Difusão por meio da educação e promoção da cultura para o empreendedorismo inovador;
- Alinhamento entre investimentos em fomento em C,T&I e número de patentes (impacto no desenvolvimento sócio-econômico);
- Investimentos públicos em infra-estruturas e mecanismos locais de promoção da inovação com inclusão social; e
- Ampliar a comunicação e debates sobre o tema C,T&I, estimulando localmente todos os agentes regionais.

Proposições Gerais

- Fortalecer sistemas de suporte, principalmente para importações para pesquisa (importa fácil);
- Lançamento de Editais por áreas específicas , a exemplo dos últimos editais;
- Encontros e conferências setoriais com seqüência e continuidade;
- Fomentar articulação em rede, integrando pessoas e recursos Flexibilizar itens financiáveis nos editais;
- Parcerias institucionais exigidas em Editais específicos;
- Criação de um programa geral de Biodiversidade focado no trabalho em redes;
- Políticas públicas para superar interesses contrariados pelas novas tecnologias, com estrutura e poderio econômico;
- Consolidar e Fortalecer estabilidade do sistema do estadual de pesquisa (Políticas de Estado);
- Garantia de Fluxo de Caixa: liberação de recursosdo Estado à FAPESC em Doudécimos; e
- Criação da Sociedade Catarinense de Ciência e Tecnologia.